



**NUPAUB-USP**

**NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP**

Center for Research on Human Population and Wetlands in Brazil – USP

---

## **REFUGIADOS DA CONSERVAÇÃO**

**MARK DOWIE**

Trad: Prof. Dr. Antonio Carlos Diegues

---

(versão preliminar, setembro 2006)

ORION MAGAZINE [www.oriononline.org](http://www.oriononline.org) - Janeiro de 2006

Artigos n.º 4

São Paulo  
2006

---

Na maioria das manhãs, uma névoa baixa cobre os vales íngremes e remotos do Sudoeste de Uganda, quando pássaros encontrados somente nesse local cantam em coro e os grandes macacos bebem nos córregos limpos. Os dias na floresta densa de montanha são tranquilos e úmidos. Por milhares de anos os povos Batwa viveram nesta paisagem, em tal harmonia com a floresta que os biólogos naturalistas do início do século XX que estudaram a flora e a fauna da região mal notaram sua existência. Eram, como um naturalista observou, “parte da fauna”.

Nos 1930s, os líderes de Uganda foram persuadidos por conservacionistas internacionais que esta área estava ameaçada por madeiros, por mineiros e por outros interesses extrativistas. Em resposta, três reservas de floresta foram criadas - Maghinga, Echuya, e Bwindi, sobrepostos ao território ancestral do Batwa. Por sessenta anos estas reservas existiram simplesmente no papel, que afastaram os interesses extrativistas. E os Batwa permaneceram continuaram vivendo aí como faziam por gerações, em reciprocidade com a biota diversificada que tinha atraído os primeiros conservacionistas à região.

Entretanto, quando as reservas foram designadas formalmente como Parques Nacionais em 1991 e uma burocracia foi criada e financiada pelo GEF do Banco Mundial para administrá-las, circulou um boato que os Batwa caçavam e comiam os gorilas, que nessa época eram amplamente reconhecidos como uma espécie ameaçada e também, cada vez mais, como uma atração para os ecoturistas da Europa e da América. Os Gorilas eram perturbados e caçados, admitiam os Batwa, mais pelos Bahutu, Batutsi, e Bantu, e por outras tribos que vindo de fora invadiam a floresta. Os Batwa, que mantinham forte relação de parentesco com os macacos grandes, negaram terminantemente que os matassem. No entanto, sob pressão dos conservacionistas ocidentais, que tinham vindo acreditando que a região selvagem e a comunidade humana eram incompatíveis, os Batwa foram expulsos de seus territórios tradicionais.

Estas florestas eram tão densas que os Batwa não sabiam quando tinham aparecido. Alguns deles arriscaram suas vidas, colocando-se diante dos carros em movimento. Agora estão vivendo em acampamentos miseráveis fora dos parques, sem água corrente e esgoto. Em mais uma geração sua cultura baseada na floresta – cantos, rituais, tradições e histórias terá desaparecido.

Não é nenhum segredo que milhões de povos nativos no mundo inteiro foram expulsos de suas terras para deixar seu lugar para grandes companhias de petróleo, mineração, madeiras e a monocultura. Mas poucos povos sabem que a mesma coisa aconteceu por uma causa muito mais nobre: a conservação da natureza. Hoje a lista de instituições destruidoras de culturas denunciadas por líderes tribais em quase todos os continentes inclui não somente Shell, Texaco, Freeport e Bechtel, mas nomes também mais surpreendentes como a Conservation International (CI), a Nature Conservancy (TNC), o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF), e a Wildlife Conservation Society (WCS). Mesmo a mais sensível aos aspectos culturais, a União Mundial para a Conservação poderia ser mencionada.

No início de 2004 uma reunião das Nações Unidas foi realizada em Nova York pelo nono ano para aprovar uma resolução protegendo os direitos humanos e territoriais dos povos nativos. A declaração da ONU afirma que “os povos nativos não podem ser retirados à força de suas terras ou territórios. Nenhum reassentamento poderá ser feito sem o consentimento livre e informado dos povos nativos e somente após um acordo sobre uma compensação justa e onde possível, com a opção de retorno”. Durante a reunião uma delegada nativa afirmou que ainda que as indústrias extrativas fossem uma ameaça séria a seu bem-estar e integridade cultural, seu inimigo mais recente e maior era a “conservação”.

Mais tarde naquela primavera em Vancouver, Canadá, em uma reunião do Fórum internacional de Mapeamentos indígenas, todos os duzentos delegados assinaram uma declaração indicando que as “atividades das

organizações de conservação representam agora a maior ameaça à integridade das terras indígenas”. Esta explosão retórica agitou a comunidade internacional da conservação e teve como consequência uma série de artigos e de estudos críticos, dois deles realizados pela Fundação Ford, chamando as organizações conservacionistas a tomar em consideração as denúncias de maus tratos aos povos nativos.

Curioso sobre este tipo de conservação que põe o direito da natureza antes dos direitos dos povos, eu me organizei para me confrontar com o assunto face a face, no último outono. Eu visitei povos nativos nos três continentes que estavam sendo vítimas da conservação ocidental e encontrei uma semelhança alarmante entre as histórias que eu ouvi.

KHON NOI, matriarca de uma aldeia remota de montanha, trabalha junto a um fogão ao ar livre, vestida com roupas coloridas que a identificam como uma Karen, a mais populosa das seis tribos encontradas nas montanhas do norte da Tailândia. Sua aldeia de sessenta e seis famílias vivia no vale há mais de 200 anos. Ela masca a noz de betel, cuspiendo seu suco vermelho no fogo e falando calmamente entre seus dentes escuros. Ela diz que eu posso usar seu nome, contanto que não a identifique.

“O governo não tem nenhuma idéia de quem eu sou,” ela diz. “A única pessoa na vila que me conhece pelo nome é “o chefe” que indicaram para nos representar em negociações do governo. Estiveram aqui na última semana, em uniformes militares, para dizer-nos que nós já não poderíamos praticar a agricultura tradicional de rodízio neste vale. Se soubessem que alguém aqui tivesse falado mal deles, voltariam outra vez e nos tirariam da terra”.

Numa recente explosão de entusiasmo ambiental, estimulado pelas ofertas financeiras generosas do GRF, do Banco Mundial, o governo tailandês tem criado parques nacionais tão rapidamente quanto o Departamento de Floresta pode mapeá-los. Há dez anos era difícil encontrar um parque na Tailândia, porque aqueles poucos que existiam eram “parques de papel” e poucos tailandeses sabiam de sua existência. Agora há 114 parques continentais, e 24 parques marinhos no mapa. Quase vinte e cinco quilômetros mil quilômetros quadrados, a maioria dos quais ocupada por tribos das

montanhas e por pescadores são controlados agora pelo Departamento de Floresta como áreas protegidas.

“Homens em uniforme apareceram assim, um dia, vindos de não se sabe onde, mostrando suas armas,” recorda Kohn Noi, “e dizendo que nós estávamos vivendo agora em um parque nacional. Foi então que soubemos. Nossas armas foram confiscadas... nenhuma caça, não mais armadilhas, e não mais agricultura de “corte e queima”. É assim que chamam nossa agricultura. Nós chamamos de rotação de cultivo e fizemos isso no vale por duzentos anos. Logo seremos forçados a vender arroz para pagar pelos legumes e plantas que não mais podemos plantar. Podemos viver sem a caça, pois criamos galinhas, porcos e búfalos. Mas a agricultura em rotação de cultivo é nosso modo de vida.”

Uma semana antes de nossa conversa e não distante mais que um vôo curto da aldeia de Noi, seis mil conservacionistas participavam do Congresso Mundial de Parques, em Bangkok. Nessa conferência e em outros lugares, as grandes instituições de conservação negavam que participassem da expulsão, divulgando farto material promocional a respeito de sua relação estreita com os povos nativos. “Nós reconhecemos que os povos indígenas tenham talvez o mais profundo conhecimento dos recursos vivos da terra,” diz o presidente da Conservation International e CEO, Peter Seligman, acrescentando que, “nós acreditamos firmemente que os povos indígenas devem ter a posse, o controle e o título de suas terras”. Tais mensagens são enviadas com cuidado para os financiadores principais da conservação, que em resposta aos relatórios acima mencionados da Fundação de Ford e da imprensa se tornaram cada vez mais sensíveis aos povos nativos e aos seus esforços para a sobrevivência cultural.

O apoio financeiro para a conservação internacional tem se expandido, nos anos recentes, bem além das fundações individuais e familiares que alimentavam o movimento para incluir fundações muito grandes como a Fundação Ford, MacArthur, Gordon e Betty Moore, assim como o Banco Mundial, o GEF, governos estrangeiros, USAID, um conjunto de

bancos bilaterais e multilaterais, assim como corporações transnacionais. Durante os anos 90, a USAID sozinha tornou disponíveis quase US 300 milhões para o movimento internacional de conservação, que considerava um sócio vital para a prosperidade econômica. As cinco maiores organizações da conservação, a CI, TNC, e WWF absorveram cerca de 70 por cento desses gastos. As comunidades nativas não receberam nada. A fundação Moore reservou cerca de \$280 milhões de dólares em dez anos, a maior doação ambiental da história, a apenas uma organização - a Conservation International. E todas as BINGOs (Big International Ngos) tornaram-se cada vez mais corporativas em anos recentes, tanto na orientação quanto na afiliação. O Nature Conservancy - TNC - vangloria-se de suas quase 2.000 corporações patrocinadoras enquanto a CII recebeu cerca de 9 milhões de dólares de seus duzentos e cinquenta “parceiros” corporativistas.

Com esse tipo de apoio financeiro e político, e com sedes em quase todos os países do mundo, milhões de associados fiéis e orçamentos de nove dígitos, a CI, a WWF e a TNC deram um grande impulso para aumentar o número das chamadas áreas protegidas - os parques, reservas, refúgios da vida selvagem e corredores para preservar a diversidade biológica. Em 1962, havia cerca de 1.000 áreas protegidas oficiais no mundo. Hoje são cerca de 108.000, com mais sendo criadas a cada dia. A área total sob forma proteção ambiental dobrou desde 1990, quando a Comissão Mundial de Parques estabeleceu a meta de 10% da superfície do planeta em áreas protegidas. Essa meta já foi superada, com cerca de 12% do total, ou seja 11.75 milhões de milhas quadradas agora protegidas. Essa é uma área maior que a superfície total da África.

Durante os 1990s o Tchad, na África, aumentou a quantidade de terra nacional sob a proteção de 0.1 a 9.1 por cento. Toda essa terra tinha sido habitada previamente pelos que são agora refugiados da conservação, estimados 600.000 pessoas. Nenhum outro país além da Índia, que admite oficialmente ter 1.6 milhões, está calculando adequadamente esse número crescente de refugiados. As estimativas mundiais feitas pela ONU, IUCN, e alguns

antropólogos variam de 5 a 10 milhões de refugiados da conservação. Charles Geisler, um sociólogo da universidade de Cornell que estudou deslocamentos em África, está certo que o número nesse continente sozinho supera os 14 milhões.

Os verdadeiros números a nível mundial, se algum dia forem conhecidos, dependeriam da semântica das palavras como “expulsão,” “deslocamento,” e “refugiado,” termos em discussão em todos os lados. O ponto mais importante é que os refugiados da conservação existem em cada continente com exceção da Antártica. E em todos os relatos, vivem de forma muito mais difícil que antes, banidos de territórios que ocuparam por centenas, às vezes milhares de anos.

John Muir, um fundador do movimento americano da conservação, afirmava que o “mundo selvagem” deveria excluir de todos seus moradores humanos e ser reservado para satisfazer a necessidade de recreação e renovação espiritual do ser humano urbano. Era um sentimento que se transformou em política nacional com a passagem do Wilderness Act, em 1964 que definiu o mundo selvagem como o lugar em que o ser humano é um visitante, jamais um morador. Não se deve ficar surpreso em não se encontrar algum desses sentimentos entre os grupos de conservação. A preferência por um “mundo selvagem virgem” permaneceu num movimento que tende a valorizar toda a natureza, menos a humana e se recusou a reconhecer a vida selvagem positiva nos seres humanos.

As expulsões continuam no mundo até hoje. O governo indiano que expulsou 100.000 adivais (população tradicional rural) em Assam, entre abril e julho de 2002 estima que outros 2 a 3 milhões serão expulsos até a próxima década. Essa política é uma resposta à ação judicial, começada em 1993 pela WWF exigindo que o governo aumentasse as áreas protegidas em 8%, na maioria dos casos para proteger os habitats dos tigres. Uma ameaça mais imediata pesa sobre a remoção de diversas comunidades maias de Montes Azules, na região de Chiapas, um processo começado em meados dos anos 70, para preservar as florestas tropicais, o que poderia ser um estopim de guerra civil. A Conservation International está profundamente

imiscuída nessa controvérsia, trabalhando com as indústrias extrativas.

Os povos tribais, que tendem a pensar e planejar no âmbito de gerações e não de semanas, meses e anos, estão esperando até agora a atenção prometida. É claro que o rascunho da declaração das Nações Unidas é o preço uma vez que é preciso que seja ratificado por muitas nações. A declaração ainda não foi ratificada principalmente porque poderosos líderes mundiais, como Tony Blair do Reino Unido e George Bush, dos USA ameaçam vetar uma vez que não deveriam existir coisas como direitos humanos coletivos.

Infelizmente, os direitos humanos e as comunidades globais de conservação divergem sobre a questão das expulsões, cada lado acusando o outro sobre crises específicas que encontram. Os biólogos da conservação argumentam que ao permitir as populações nativas aumentar, caçar e fazer extrativismo nas áreas protegidas, os antropólogos, conservacionistas culturais e outros apoiadores dos direitos dos nativos tornam-se cúmplices no declínio da diversidade biológica. Alguns, como o presidente da Wildlife Conservation Society, Steven Sanderson, acreditam que a agenda “toda da conservação foi seqüestrada pelos que advogam a causa dos povos nativos, colocando a vida selvagem e a biodiversidade em perigo”. Os povos da floresta e seus representantes podem falar pelas florestas, disse Sanderson. “Eles podem falar pela sua visão da floresta: mas eles não falam pelas florestas que nós queremos conservar”. A WCS, originalmente a Sociedade Zoológica de Nova Iorque é uma BINGO, menor em tamanho e estatura que as outras como a TNC e a CI, mas é mais insistente que suas colegas, afirmando que os direitos territoriais indígenas, ainda que um tema social válido, não deveria ser de interesse dos conservacionistas.

As soluções baseadas no mercado apresentadas por grupos de direitos humanos que possam ser implementadas com a melhor das intenções ecológicas e sociais partilham de um resultado lamentável, apenas distinguível atrás de uma cortina de fumaça promocional. Em quase todos os casos em que as populações nativas se inserem em uma economia de mercado não dispõem dos meios para participar

plenamente dela. Seus membros tornam-se guarda-parques (nunca responsáveis), porteiros, garçons, extrativistas ou, se aprendem uma língua estrangeira, podem ser monitores ambientais. Nesse modelo, “conservação” equivale a “desenvolvimento”, enquanto que as comunidades nativas são assimiladas às camadas mais baixas das culturas nacionais.

Não deve ser nenhuma surpresa, então, que os povos tribais considerem os conservacionistas como um outro colonizador – uma extensão das grandes forças da hegemonia econômica e cultural. Sociedades como os Batwa, os Maasai, os Ashinika de Peru, os bosquímanos, os Gwi e os bosquímanos Gana de Botswana, os Karen e Hmongs do Sudeste Asiático, e os Huarani do Equador estão sendo transformados de independentes e auto-sustentáveis, em comunidades profundamente dependentes e pobres.

Quando eu viajei pela Mesoamérica, pelos Andes e Amazônia, no último outono, visitando funcionários da CI, TNC, WCS e WWF eu estava procurando sinais que indicassem um despertar no horizonte. Os funcionários vivendo nessas áreas terreno que encontrei estavam conscientes que o espírito de exclusão sobrevive nas sedes de suas organizações, ao lado de um preconceito sutil, mas real contra os “saberes não-científicos”. Dan Campbell, diretor de TNC em Belize, afirmou que, “nós temos uma organização que tenta, às vezes, empregar modelos que não cabem na cultura das nações onde nós trabalhamos”. E Joy Grant, do mesmo escritório, disse que, após desacordos com os povos nativos de Belize os “povos locais são agora a chave de tudo que fazemos.”

“Nós somos arrogantes,” era a confissão de um executivo do CI que trabalha na América do Sul, que pediu para não ser identificado. Eu fiquei tocado pelo que confessou até que ele continuou sugerindo que essa era uma opinião pessoal. De fato, arrogância foi citada por quase cada um dos 100 líderes indígenas que encontrei como um empecilho maior para uma comunicação construtiva com as grandes organizações ambientalistas. Se as observações de campo e os sentimentos dos funcionários de campo

chegassem às matrizes do CI e de outras BINGOS, poderia haver um final feliz para esta história. Já existem modelos conservacionistas positivos que funcionam em uma perspectiva de conservação sensível à cultura, particularmente na Austrália, Bolívia, Nepal e Canadá, onde legislações nacionais que protegem os direitos nativos à terra não deixam às organizações conservacionistas internacionais outro caminho a não ser colaborar com as comunidades nativas e produzir modalidades criativas para proteger os habitats de vida selvagem e a biodiversidade, permitindo, ao mesmo tempo que os nativos continuem seu modo de vida tradicional.

Na maioria desses casos, são os nativos que começam com a criação de uma reserva, que poderia ser chamada “área protegida nativa” ou área de conservação comunitária. As áreas protegidas nativas são uma invenção dos aborígenes australianos, muitos dos quais reganharam a propriedade e a autonomia territorial nos novos tratados com o governo nacional. “As áreas de conservação comunitárias” estão aparecendo em muitas partes do mundo, das aldeias de pescadores do Laos ao longo do Rio Mekong até as Florestas Mataven na Colômbia onde seis tribos indígenas vivem em 152 aldeias ao redor de uma reserva ecologicamente intacta de 4 milhões de acres.

Os Kayapo, uma nação de índios Amazônicos, com os quais o governo brasileiro e a CI Brazilian formaram um projeto cooperativo de conservação, é um outro exemplo. Líderes dos Kayapo, renomados por sua militância, recusaram abertamente serem tratados como um parceiro qualquer num negócio bilateral entre o Governo e uma ONG, como frequentemente é o caso em planos de manejo cooperativo. Ao longo das negociações eles insistiram em ser um parceiro com os mesmos poderes na mesa de negociação. Em consequência, o Parque Nacional do Xingu, é o primeiro parque do continente controlado pelos índios e criado para proteger o modo de vida dos indígenas da Amazônia que estão determinados a permanecer dentro das divisas do parque.

Em muitas localidades em que as “áreas de conservação comunitárias” foram criadas, e

os direitos territoriais assegurados, a comunidade fundadora convida uma BINGO a enviar seus ecólogos e biólogos para participar da proteção da biodiversidade combinando a metodologia científica ocidental com o conhecimento ecológico nativo. E, às vezes, eles procuram ajuda junto a governos relutantes. Por exemplo, os Guarani Izoceños da Bolívia convidaram a WCS para mediar um acordo de co-manejo com o governo que permite à tribo manejar e se apropriar de parte do novo Parque Nacional do Chaco Kaa-Ilya.

No entanto, demasiada esperança provavelmente não poderia ser depositada num punhado de modelos que tiveram êxito em experiências de co-manejo. A ganância ilimitada das corporações por energia, madeira, remédios e metais estratégicos é ainda uma ameaça considerável para as comunidades nativas, tida como maior ainda que a conservação. Mas a linha demarcatória entre ambas é confusa e pouco definida. Muito problemático é o fato que grandes organizações conservacionistas internacionais persistem em trabalhar confortavelmente com algumas das corporações mais agressivas e utilizadoras dos recursos globais, como a Boise Cascade, Chevron-Texaco, Mitsubishi, Conoco-Phillips, Internacional Paper, a mineração de Rio Tinto, a Shell, e o Weyerhaeuser, todas sócias da entidade criada pela CI, chamada de Environmental Leadership in Business. De fato se as BINGOs fossem renunciar a seus sócios corporativos, perderiam milhões dos dólares em renda e acesso ao poder global sem os quais elas sinceramente acreditam que não poderiam ser eficientes para alcançar o poder global.

E há alguns biólogos da conservação respeitados e influentes que ainda apóiam uma conservação de cima para baixo “como fortalezas centralizadoras. John Terborgh da Universidade de Duque, por exemplo, autor do Réquiem para a Natureza, acredita que os projetos de co-manejo e conservação comunitária são um erro enorme. “Meu sentimento é que um parque deve ser um parque, e não deve ter nenhum povo residente nele,” diz. Baseia seu argumento em três décadas da pesquisa no Parque Nacional de Manu de Peru, onde os índios nativos de Machiguenga pescam e caçam animais com

armas tradicionais. Terborgh preocupa-se com a possibilidade de aquisição de motores de popa, armas e motos-serra usadas pelos seus vizinhos que vivem fora do parque e que a biodiversidade será afetada. E há o paleontólogo Richard Leakey, que no Congresso dos Parques, em 2003, na África do Sul suscitou uma torrente de protestos ao negar a existência de povos nativos no Quênia, sua terra natal argüindo que “os interesses globais pela diversidade deve, algumas vezes, estar acima dos direitos das comunidades locais”.

Contudo muitos conservacionistas estão começando a entender que a maioria das áreas que procuraram proteger, são ricas em biodiversidade precisamente porque os povos que estavam vivendo lá tinham compreendido o valor e os mecanismos da diversidade biológica. Alguns admitem mesmo que rompendo o modo de vida de 10 milhões ou mais de pobres, pessoas sem poder, foi um grande erro - não somente um engano moral, social, filosófico, mas também ecológico. Outros aprenderam pela experiência que os parques nacionais e as áreas protegidas cercadas por pessoas irritadas, com fome, que se descrevem como “inimigos da conservação” estão sujeitos ao fracasso.

Mais e mais conservacionistas parecem querer saber como, após ter reservado uma área “protegida” do tamanho da África, a biodiversidade global continua a declinar. Pode haver algo terrivelmente errado com este plano – particularmente depois que a Convenção da Diversidade Biológica documentou o fato surpreendente que, na África, onde tantos parques e reservas foram criados e onde a expulsão dos povos nativos é a maior, 90% da biodiversidade encontra-se fora das áreas protegidas. Se quisermos proteger a biodiversidade em todos os lugares do mundo, frequentemente ocupados povos nativos de forma ainda ecologicamente sustentáveis, a história nos mostra que a coisa menos inteligente a fazer é expulsa-los de suas terras.

*Mark Dowie ensina ciências no curso de pós-graduação da Universidade de Berkeley de Jornalismo e recebeu 18 prêmios. É autor de, entre outros livros: Fundações Americanas: uma historia investigativa e Losing Ground: American Environmentalism at the Close of the Twentieth Century*